

## GOVERNO OU GOVERNAMENTO?\*

Alfredo Veiga-Neto \*\*

*Os nomes não se aprendem sozinhos;  
aprendem-se alojados em pequenas histórias.*  
(Lyotard, 1993, p.45)

### *Introdução*

É sempre difícil estabelecer os limites entre a parcimônia e o esbanjamento, entre a economia e a dissipação. No caso da escrita do texto, essa dificuldade manifesta-se de várias maneiras: na retórica, nas amarrações argumentativas, no vocabulário, no recurso à bibliografia, etc. Nunca é fácil atingir o equilíbrio *entre* o dizer tudo o que se tem a dizer, de forma clara, e o manter o texto legível, fluente, interessante, produtivo. O quanto é necessário recorrer a palavras especiais? Até que ponto o jargão ajuda ou atrapalha? Por que a crescente profusão de expressões, na maioria dos campos de conhecimento? É aí que se tornam úteis as palavras de Rorty (1988, p.288): “é preciso abandonar a noção de correspondência, tanto para as frases como para os pensamentos, e ver as frases como estando mais ligadas às outras frases do que ao mundo”. É esse “estar ligado a outras frases” que nos obriga sempre, ao escrever e ao ler, mantermos ressoando outras frases, de outros discursos, que se conectam com o que estamos escrevendo ou lendo. É por isso que, em alguns campos, parece proliferar demais a nomenclatura, enquanto que em outros parece ocorrer uma profusão retórica.

Valho-me livremente da paradigmologia kuhniana para fazer uma distinção entre as duas grandes áreas que se convencionou chamar de *hard* e *soft*.<sup>1</sup> Se nas áreas mais paradigmáticas a retórica é acessível —porque é simples, seca e descarnada— é o jargão que parece servir de obstáculo aos de fora; nas áreas não-paradigmatizadas, ocorre o inverso. Os que estão no primeiro grupo vêem os do segundo como (desnecessariamente) verborrágicos; esses vêem aqueles como (desnecessariamente) impenetráveis. Seja com o jargão, seja com a retórica, cada um tem as suas dificuldades, cada um está às voltas com seus próprios limites.

Para ser mais específico, trago o problema do vocabulário técnico. Se, num determinado enunciado, um termo técnico pode ser necessário —na medida em que serve de elo com outros enunciados de uma mesma série discursiva—, ele pode, por outro lado, ser um complicador, um estorvo, um a mais que só dificultará a fluência e até a

compreensão dos enunciados. É na demarcação do limite entre o necessário e o supérfluo de uma palavra técnica que está a dificuldade a que me refiro.

Quando tematizamos sobre conceitos que fazem parte de descrições e teorizações mais ou menos intrincadas, complexas, refinadas, esse dilema torna-se agudo. E fica ainda mais problemático quando abando namos a noção de que os discursos seriam combinações de palavras que funcionariam como signos que servem para representar as coisas do mundo. É claro que “os discursos são feitos de signos; mas o que eles fazem é mais do que utilizar esses signos para designar coisas” (Foucault, 1987, p.56).

### *Governo e governamento*

É a partir desse entendimento que eu desenvolvo, neste pequeno texto, a proposta de fazermos ressus citar, na língua portuguesa, a palavra *governamento*. A ressurreição que aqui proponho tem, como objetivo, tornar mais rigoroso e mais fácil o duplo entendimento que, na perspectiva foucaultiana, é possível atribuir à palavra *governo*. Foi por isso, certamente, que o filósofo usou duas palavras diferentes — *gouverne* e *gouvernement*— em seus escritos de Filosofia Política. Para compreendermos melhor a questão, esclareço que, no âmbito da literatura que mais tem circulado entre nós, essas duas palavras são de uso corrente tanto na língua francesa (Le Nouveau Petit Robert, 1993; Larrousse, 1979), quanto nas línguas espanhola (Diccionario de la Real Academia Española, 1995) e inglesa (Webster’s, 1961).

Vejamos, de modo muito sucinto, em que consiste, na perspectiva foucaultiana, esse duplo entendimento que, na língua portuguesa, é expresso por uma única palavra — *governo*.

Como discuti em outro artigo (Veiga-Neto, 1997), a crítica de Michel Foucault à razão política foi desenvolvida — e vem sendo desdobrada por muitos outros autores — na contramão das teorizações mais difundidas da Politicologia. Seguindo Nietzsche e dando as costas para qualquer fundamentação transcendental, o filósofo escolheu o, digamos, método genealógico para examinar como o poder se “organizou” de modo a engendrar certas práticas discursivas e não-discursivas. Trata-se de práticas que funcionaram como condições de possibilidade para a emergência da noção moderna de Estado e de tudo o mais que se implica tanto na vida política de hoje, quanto nas próprias tentativas de instituir o sujeito moderno (Sennelart, 1995). Recorro ao meu texto acima referido, para uma longa citação:

Analisando as dificuldades que se estabeleceram, ao longo do século XVII, pelo em bate entre a soberania e a família, Foucault nos mostra que a arte de governo — esse conjunto de saberes que estatui uma racionalidade própria, particular ao Estado — só conseguiu se desbloquear quando mudaram as condições econômicas e demográficas da Europa e, por isso mesmo, se articulou o conceito moderno de população e, na esteira deste, também o conceito moderno de Economia. Também o conceito de governo mudou no sentido de se restringir. Se, pelos fins do Renascimento, *governar* não se referia apenas à gestão política e do Estado, senão que se referia também “à maneira de dirigir a conduta dos indivíduos ou dos grupos: governo das crianças, das almas, das comunidades, das famílias, dos doentes” (Foucault, 1995, p.244), na Modernidade o uso da palavra *governar* se restringiu às coisas relativas ao Estado.<sup>2</sup> O filósofo nos mostra que o estreitamento do significado de governo decorreu do fato de que “as relações de poder foram progressivamente governamentalizadas, ou seja, elaboradas, racionalizadas e centralizadas na forma ou sob a caução das instituições do Estado” (ib., p.247). É daí que se coloca uma nova questão política para a Modernidade: a relação entre a segurança, a população e o governo. Para dar conta dessa questão, “a arte do governo começou a tornar-se Ciência Política” (Foucault, 1992, p.290). Todo esse processo é resumido pelo filósofo nas seguintes palavras: “Em suma, a passagem de uma arte de governo para uma ciência política, de um regime dominado pela estrutura de soberania para um regime dominado pelas técnicas de governo, ocorre no século XVIII em torno da população e, por conseguinte, em torno do nascimento da economia política” (ib.). (Veiga-Neto, 1997, p.4).

No que concerne à citação acima, aquilo que entre nós se costuma chamar de *governo* —o Governo da República, o governo municipal, o Governo do Estado (em geral grafado com G maiúsculo)— é essa *instituição* do Estado que centraliza ou toma, para si, a caução da *ação* de governar. Nesse caso, a relação entre segurança, população e governo é uma questão de Governo... É fácil ver que o uso do mesmo vocábulo para a instituição e para a ação gera, no mínimo, alguma ambigüidade.

É justamente nesse ponto que passo a sugerir que o vocábulo *governo* —o único usado em textos foucaultianos, seja nas traduções para a língua portuguesa, seja nos textos escritos por autores de língua portuguesa— passe a ser substituído por *governamento* nos casos em que estiver sendo tratada a questão da ação ou ato de governar.

Algumas citações ilustrarão a vantagem de usar *governamento* no lugar de *governo*.

Ao discutir a arte de governar, Foucault (1992, p.280) diz:

os governantes, as pessoas que governam, a prática de governo são, por um lado, práticas múltiplas, na medida em que muita

gente pode governar: o pai de família, o superior do convento, o pedagogo e o professor em relação à criança e ao discípulo. Existem, portanto, muitos governos, em relação aos quais o do príncipe governando seu Estado é apenas uma modalidade. Por outro lado, todos esses governos estão dentro do Estado ou da sociedade.

Ao comentar os saberes que são necessários ao Príncipe, Foucault (1999, p.151) explica: “Trata-se do conjunto de conhecimentos sobre o Estado, o governo, o país, necessário a quem vai ser chamado, dentro de alguns anos, quando Luís XIV tiver morrido, a dirigir esse Estado, esse governo e esse país”

É evidente que, na primeira citação, o filósofo não está se referindo a uma *instância governa mental, administrativa, central*, mas a uma *ação de governar*. Na Segunda citação, ao contrário, trata-se exatamente de uma *instância governamental, administrativa, central*. Basta lermos a primeira citação fazendo a substituição de *governo* por *governo*, para se ver a vantagem do que proponho.

Vejamos mais um caso: “São as táticas de governo que permitem definir, a cada instante, o que deve ou não competir ao Estado, o que é público ou privado, o que é ou não estatal, etc.” (id., p.292). Numa passagem como essa, a substituição de *governo* por *governo* evitaria a possível leitura enviesada que, não raras vezes, é feita e que acarreta o entendimento de que Foucault estaria, aqui, atribuindo à instituição Governo – enquanto instância central do Estado – a decisão de definir o que compete ou não ao Estado. Basta conhecer minimamente o pensamento do filósofo para saber que, para ele, não se trata de pensar o poder e a ação política como algo que possa se distribuir, no Estado, a partir de um centro de irradiação.

Machado (1992, p. XXIII), comentando o deslocamento da arqueologia para a genealogia, explica que a questão do estado é da maior importância para essa última: “O que se deu através do projeto de explicar a gênese do Estado a partir das práticas de governo, da gestão governamental, ou da ‘governa mentalidade’, que têm na população seu objeto, na economia seu saber mais importante e nos dispositivos de segurança seus mecanismos básicos”. Esta passagem é particularmente útil na medida em que mostra a superposição entre “práticas de governo”, “gestão governamental” e “governamentalidade”, nenhuma delas relativa a governo enquanto instância central no Estado moderno. Aí, governamental e governa mentalidade parecem clamar por *governo* e não por *governo*... Em suma: o que está grafado como “práticas de governo” não são ações tomadas por um *staff* que ocupa uma posição central no Estado,

mas são ações distribuídas microscopicamente pelo tecido social; por isso, soa bem mais claro falarmos em “práticas de governoamento”.

### *A derivação*

Dicionarizado por lingüistas mais antigos —como Laudelino Freire (1954, v.III, p.2755) e Caldas Aulete (1958, v.III, p.2469)— o vocábulo *governoamento* simplesmente desapareceu dos dicionários mais recentes —como o “Aurelião” (Ferreira, 1999) e o “Michaelis” (1998)—, embora permaneça registrado no V.O.L.P. (Academia Brasileira de Letras, 1998). E mesmo naqueles dicionários mais antigos acima referidos, o vocábulo aparece com a ressalva de “em desuso”. Como sinônimo, é citado *governação*. Em ambos os casos, os dois dicionários explicam esses vocábulos como “ato, ação ou efeito de governar”.

Se no uso trivial, a palavra *governo* por si só parece dar conta de vários sentidos —pois, afinal, o substantivo pode expressar ações, estados e fenômenos (Basilio, p.51)—, no uso mais aguçado da crítica foucaultiana à Razão Política ela não agüenta, isso é, ela semanticamente não dá conta, minimamente, dos significados que dela se reclamam. Sua ambigüidade manifesta-se a cada momento em que ela aparece, exigindo que o leitor decida de que governo se está falando. Como vimos, essa situação fica facilmente resolvida com o uso, quando for o caso, da derivada *governoamento*.

Entendo que aqui se trata de uma derivação sufixal imprópria, ou seja, uma derivação por sufixação que, no caso, criou um substantivo a partir de um verbo (*governar*). Trata-se, aqui, de fazer uma referência —na forma nominativa substantivada— à “ação de governar”, que, nos seus sentidos mais arcaicos significava “executar uma ação de conduzir ou dirigir as ações alheias” (cf. a forma latina *gubernare* que, por sua vez, deriva do grego *kubernan*). Conforme registra Said Ali (2001), o português antigo criava com excepcional facilidade substantivos abstratos com o sufixo *mento*; mas já a partir do século XVI isso ficou mais raro. De qualquer maneira, o desaparecimento de inúmeros vocábulos com essa terminação —como é o caso de mostramento, repousamento, soltamento, satisfazimento e tantos outros que nos soam estranhos — não “impediu contudo que se continuasse a empregar muitos outros e que a eles se juntassem ainda várias criações novas” (id., p.180).

Do mesmo tipo é a derivação que originou *governação*. Então, por que *governoamento* e não *governação*? Por que não optar pelo sufixo *ção/são*? Além do critério eufônico —talvez o

mais subjetivo e arbitrário de todos os critérios e, de qualquer maneira, insuficiente para explicar por que se usam audição, perseguição, consecução, nomeação, declaração, obrigação, etc. —, penso que se pode considerar que o sufixo *mento* denota não apenas “ação ou resultado dela”, como também “instrumento da ação” e pode implicar uma “noção coletiva” (Cunha, 1975, p.115; Almeida, 1980, p.394-395), enquanto que o sufixo *ção/são* é mais restritivo a “ação ou resultado dela”.

Chegado aqui, volto ao início deste texto, lembrando que a proliferação dos termos técnicos só se justifica se tiver, como objetivo, clarear e refinar os sentidos que se quer dar ao discurso e dele retirar maiores possibilidades nas infinitas leituras a que ele se abre. Com isso, quero deixar claro que a ressurreição de *governo* não tem, por objetivo, fixar finalmente algum sentido na crítica foucaultiana da Razão Política, um sentido que estaria sendo “deturpado” pelo uso indistinto do vocábulo *governo*. Esse tipo de pretensão não faz qualquer sentido na perspectiva em que esse texto se movimenta.

### Referências bibliográficas

- ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Bloch, 1999.
- ALMEIDA, Napoleão M. *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*. São Paulo: Saraiva, 1980.
- AULETE, Caldas. *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa* (Edição Brasileira; 5 vol.). Rio de Janeiro: Delta, 1958.
- BASILIO, Margarida. *Teoria Lexical*. São Paulo: Ática, 2000.
- DICIONARIO DE LA REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. Madrid: Espasa Calpe, 1995.
- FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
- \_\_\_\_\_. A governamentalidade. In: \_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1992. p.277-293.
- \_\_\_\_\_. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FREIRE, Laudelino. *Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa* (5 vol.). Rio de Janeiro: José Olympio, 1954.
- LAROUSSE DE LA LANGUE FRANÇAISE. *Lexis*. Paris: Librairie Larousse, 1979.
- LYOTARD, Jean-François. *O pós-moderno explicado às crianças*. Lisboa: D. Quixote, 1993.
- MACHADO, Roberto. Introdução: por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1992.
- MICHAELIS. *Moderno Dicionário da Língua Portuguesa*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1998.
- RORTY, Richard. *A Filosofia e o Espelho da Natureza*. Lisboa: D. Quixote, 1988.
- SAID ALI, M. *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: UnB, 2001.

SENELLART, M. A crítica da razão governamental em Michel Foucault. *Tempo Social* (Revista de Sociologia da USP). São Paulo, v.7, n.1-2, 1995. p.1-14.

VEIGA-NETO, Alfredo. *Governabilidade ou governamentalidade?* <http://www.ufrgs.br/faced/alfredo>, 1997.

WEBSTER'S THIRD NEW INTERNATIONAL DICTIONARY (3 vol.). Chicago: Encyclopædia Britannica, 1961.

\* Versão provisória, para discussão. Agradeço sugestões.

\*\* Alfredo Veiga-Neto é Professor Convidado no PPG-Edu/UFRGS, Porto Alegre, Brasil  
<http://www.ufrgs.br/faced/alfredo> [alfredoveiganeto@uol.com.br](mailto:alfredoveiganeto@uol.com.br) tel/fax: 51-33351688

---

<sup>1</sup> Isso não significa, é claro, que eu esteja tomando essa distinção como tranqüila e “correta”.

<sup>2</sup> É interessante notar que o registro, em francês, do verbo *gouverner*, com o sentido de orientar ou conduzir (um navio, as ações alheias, etc.) data de 1150, enquanto que com o sentido político esse mesmo verbo só viria a ser usado no início do século XVI. (Larousse/Lexis, 1979).